

CONTRATO CEDAE N.º 066/2019 (DPE)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE) e a **EXTREME DIGITAL**
CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES
LTDA.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA e Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, Sr. JOSÉ PINHEIRO FILHO, doravante denominada **CEDAE**, e a **EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, sediada na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1.550, conj. 2308, Vila São Francisco (Zona Sul), São Paulo/SP, CEP:04.711-130, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.139.773/0001-68, neste ato por meio de seu Sócio Administrador ao final assinado, Sr. MARCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 88.074.562, IFP-RJ, inscrito no CPF sob nº 034.110.027-78, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.269/2019**, mediante Adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 550/2017 da DATAPREV, com fundamento no art. 66 da Lei 13.303/2016, arts. 20 e 21 do RILC, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO PARA O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO OS MÓDULOS DE CENTRO DE ATENDIMENTO, RETARGUARDA, SERVIÇOS E RELATÓRIOS GERENCIAIS E MONITORAMENTO DE MÍDIAS SOCIAIS"**, conforme **Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 550/2017** da DATAPREV.

Parágrafo Primeiro - Inserem-se no escopo desta contratação, embora não transcritos, o detalhamento contido nos Anexos da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 550/2017 da DATAPREV; bem como a proposta da contratada, autuada às fls. 482/501 do processo administrativo E-07/100.269/2019 e o Termo de Referência inserido às fls. 503 a 596 do processo administrativo referência.

Parágrafo Segundo – Insere-se ainda no escopo desta contratação, o Acordo de Nível de Serviço estabelecido pela CEDAE, no item 14 do Termo de Referência inserido às fls. 585 a 587 do processo administrativo referência

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;



- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato; e
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas na proposta e no Termo de Referência inserido às fls. 503 a 596 do processo administrativo referência:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução dos serviços, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços; e
- j) Demonstrar, apenas se possuir empregados alocados a este contrato e em quantidade superior a 100 (cem), o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de **36 (trinta e seis) meses** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.



Parágrafo Primeiro – O serviço de suporte operacional de Plataforma integrada Multicanal e Gerenciamento de Relacionamento com Cidadão – CzRM, item 02 da proposta inserida às fls. 482/501 do processo administrativo E-07/100.269/2019, será pago em 18 (dezoito) parcelas mensais.

Parágrafo Segundo – Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência, desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC.

Parágrafo Terceiro – A **CONTRATADA** oferecerá garantia adicional correspondente a 36 (trinta e seis meses) contados da data de entrega da requisição de manutenção dos sistemas, ou seja, release implantado

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de **2019**, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110305
Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903942
Fonte de Recursos: 10
Reserva Orçamentária: 2019000635

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será realizada sob o regime de preço unitário, sendo o seu valor total de **R\$ 14.571.232,82 (quatorze milhões, quinhentos e setenta e um mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos)**, conforme tabela abaixo:

ITEM	ITENS ARP PARA ATENDIMENTO A ITEM CEDAE	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	QUANTIDADE DE MESES	PREÇO ARP (R\$)
1	Fornecimento de Plataforma Integrada Multicanal e Gerenciamento de Relacionamento com Cidadão – CzRM – em modelo SaaS (Software as a Service)	Unidade	1	163.162,10	163.162,10	36	5.873.835,60
2	Serviço de Suporte Operacional da Plataforma Integrada Multicanal e Gerenciamento de Relacionamento com Cidadão – CzRM	Serviço/mês	18	39.375,57	39.375,57	18	708.760,26
3	Implantação Assistida com criação MVP	Unidade	3	206.168,04	NA	NA	618.504,12
4	Orientação Técnica Especializada USTA (Unidade de Serviço Técnico de Automação)	UST	10380	145,00	NA	NA	1.505.100,00
5	Orientação Técnica Especializada USTI (Unidade de Serviço Técnico de Integração)	UST	10820	160,00	NA	NA	1.731.200,00
6	Orientação Técnica Especializada USTI (Unidade de Serviço Técnico de Cognição)	UST	8000	155,00	NA	NA	1.240.000,00
7	Capacitação Técnica Perfil Atendente	Horas de Capacitação	25	1.105,20	NA	NA	27.630,00
8	Capacitação Técnica Perfil Especialista	Horas de Capacitação	56	1.205,50	NA	NA	67.508,00

9	Capacitação Técnica Perfil Gestor/Administrador	Horas de Capacitação	62	1.325,40	NA	36	82.174,80
10	Módulo Perfil Atendente Básico (mínimo de 5 acessos simultâneos)	Unidade	35	580,00	20.300,00	36	730.800,00
11	Módulo Perfil Atendente Avançado (mínimo de 5 acessos simultâneos)	Unidade	15	1.235,50	18.532,50	36	667.170,00
12	Módulo Perfil Perfil Especialista (mínimo de 5 acessos simultâneos)	Unidade	6	1.195,50	7.173,00	36	258.228,00
13	Módulo Perfil Gestor/Administrador (Mínimo de 5 acessos simultâneos)	Unidade	6	1.235,50	7.413,00	36	266.868,00
14	Sessão de Atendimento	Pacote/mês	1	2.313,24	2.313,24	36	83.276,64
15	Conjunto de usuários do módulo coleta, análise e interação de mídias sociais	Unidade	2	3.169,65	6.339,30	36	228.214,80
16	Conjunto de mensagens do módulo de coleta, análise e interação de mídias sociais	Unidade	4	606,60	2.426,40	36	87.350,40
17	Canal de interação do módulo de coleta, análise e interação de mídias sociais	Unidade	4	718,80	2.875,20	36	103.507,20
18	Conjunto de mensagens de SMS para o módulo de gestão de campanhas	Unidade	1	6.582,75	6.582,75	36	236.979,00
19	Conjunto de notificação push para o módulo de gestão de campanhas	Unidade	1	723,60	723,60	36	26.049,60
20	Conjunto de mensagens enviadas para o módulo de gestão de campanhas	Unidade	1	779,90	779,90	36	28.076,40
						VALOR TOTAL	14.571.232,82

Parágrafo Único – O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.



Parágrafo Quarto – O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários.

Parágrafo Sexto – A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sétimo– Quando existirem empregados alocados à contratação, os mesmos deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao tipo do serviço que será desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

Parágrafo Oitavo – Quando aplicável, proceder-se-á à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "j" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

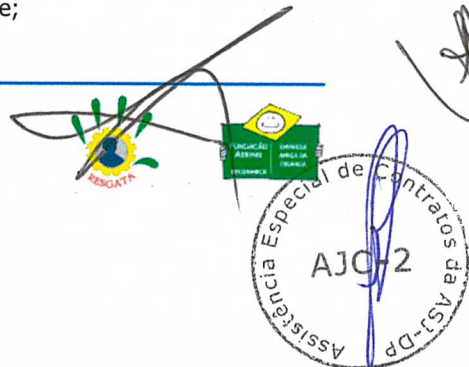
A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas (inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas), previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo – Quando houver mão de obra alocada a esta contratação, a **CONTRATADA** se obrigará a cumprir as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214, de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - Mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a) medição/detalhamento do serviço prestado;
- b) prova de pagamento das verbas salariais, com eventuais horas extraordinárias executadas no período, que deverá ser apresentada até o quinto dia útil seguinte;



- c) folha de pagamento exclusiva para o objeto da contratação, conforme preconizado no parágrafo 5º do art. 31, da Lei nº 8.212/91;
- d) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados, que poderá ser feita por meio de declaração emitida pela CONTRATADA;
- e) Prova da Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de seus empregados, que será feita apenas no início da contratação, como condição ao primeiro pagamento, tornando-se necessária a repetição desta prova apenas no caso de substituição do empregado;
- f) Cópias das Guias de Recolhimento mensal do FGTS (GFIP) e INSS (GPS);
- g) comprovante da declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras Entidades e Fundos por FPAS; e
- h) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016, exigível apenas quando a CONTRATADA estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "j", deste instrumento.

Parágrafo Quarto - Apenas quando vencidas, as seguintes certidões também deverão ser reapresentadas juntamente com a documentação acima, como condição à realização dos pagamentos: (i) Certidão Negativa de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias, emitida conjuntamente pela Secretaria de Fazenda Nacional e pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN); (ii) Certidão comprobatória da regularidade com o recolhimento das verbas do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; e (iii) CNDT, emitida pelo TRT.

Parágrafo Quinto - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo terceiro e quarto **impedirá a obtenção do recibo de adimplemento**, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

Parágrafo Sexto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser **rescindido** com a aplicação da **penalidade de suspensão** prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima terceira.

Parágrafo Sétimo - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** pagará mensalmente à **CONTRATADA** o valor dos serviços executados no período, observando, como limite, os valores reservados para esta contratação.



Parágrafo Primeiro - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final de cada período de 30 (trinta) dias, cujos percentuais se limitarão aos valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias contados de cada período de adimplemento, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

Parágrafo Quarto - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

Parágrafo Quinto - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada (ver cláusula oitava) impedirá a concessão do atesto, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

Parágrafo Sexto - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

Parágrafo Sétimo - Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

Parágrafo Oitavo- A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

Parágrafo Nono- Quando a contratação envolver alocação de mão de obra, a **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de aprovisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela CEDAE.

Parágrafo Décimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês,

calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

Os preços dos insumos não relacionados à mão de obra poderão ser reajustados a cada 12 meses pelo IGP-M, iniciando-se a contagem deste prazo a partir da proposta (Io), conforme a expressão matemática a seguir.

$$R = Po \frac{[I - Io]}{Io}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = IGP-M correspondente ao mês do reajustamento

Io = IGP-M correspondente ao mês da proposta apresentada.

a) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.

b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à fatura dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

Parágrafo Segundo - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da CONTRATADA dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da CEDAE, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

Parágrafo Terceiro - A inércia da CONTRATADA em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

Parágrafo Quarto - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da proposta (Io).

Parágrafo Quinto - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

Parágrafo Sexto - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da CEDAE.



Parágrafo Sétimo - O valor do contrato relacionado à mão de obra alocada com exclusividade para esta contratação poderá ser repactuado pelo índice homologado, conforme o caso, a cada período de 12 (doze) meses contados do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho utilizado pela CONTRATADA em sua proposta. A repactuação observará o descrito no art. 195 do RILC, bem como:

a) Ao pleitear a repactuação, caberá à CONTRATADA a demonstração da variação salarial de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas;

c) o requerimento da CONTRATADA deverá ser feito dentro do prazo de que trata o art. 198, inciso III do RILC, e deverá vir acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o pedido;

d) Não será permitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio;

e) Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, a repactuação poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

Parágrafo Segundo - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

Parágrafo Terceiro - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Quarto - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Quinto - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
- III. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sexto - Se a **CONTRATADA** optar pelo "seguro-garantia", deverá prestá-lo na modalidade "**Seguro-**



garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço para cobertura dos itens I a III do parágrafo anterior, em percentual correspondente a 1% (um por cento), complementada com a garantia adicional na modalidade **"Seguro-Garantia de Ações Trabalhistas e Previdenciárias"** para o item IV, em percentual de 4% (quatro por cento), sendo o parâmetro de ambas garantias o valor atualizado do contrato.

Parágrafo Sétimo - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à CONTRATADA, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total dos bens entregues.

Parágrafo Oitavo - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

Parágrafo Nono - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Décimo - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Décimo Primeiro - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Décimo Segundo - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

Parágrafo Décimo Terceiro - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

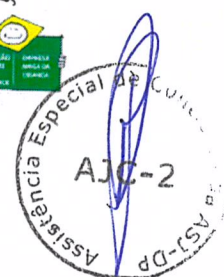
Parágrafo Décimo Quarto - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo Quinto - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

a) advertência;

b) multa administrativa; e

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;

ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima segunda, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de não apresentação da documentação prevista na cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

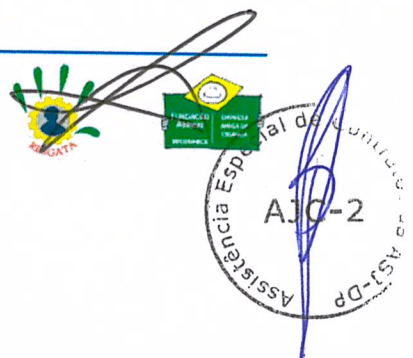
Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima segunda, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III – decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo – Quando a contratação trouxer previsão de matriz de risco haverá impedimento para a celebração de aditivo decorrente dos eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

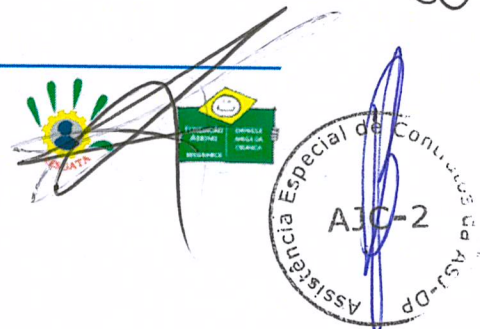
Parágrafo Primeiro – A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

Parágrafo Segundo - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

Parágrafo Terceiro - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

Parágrafo Quarto – Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

- (I) A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
- (II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- (III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- (IV) Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- (V) A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.
- (VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- (VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.



- (VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- (IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.
- (X) O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC.

Parágrafo Quinto– A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

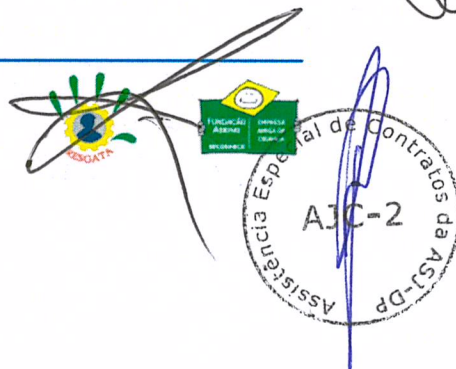
Parágrafo Primeiro – A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

Parágrafo Segundo – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.



Parágrafo Sexto- Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo- A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da **CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes,

consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

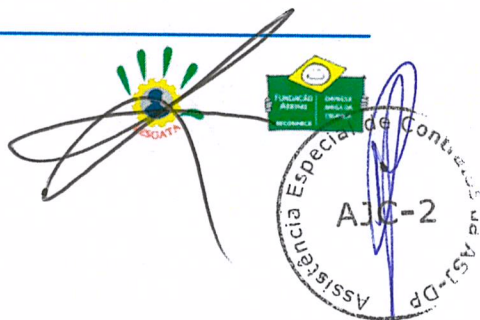
Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo-Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo-Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."



Parágrafo Décimo-Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 05 de JUNHO de 2019.

Pela **CEDAE**:


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente


JOSÉ PINHEIRO FILHO
Diretor de Projetos Estratégicos e
Sustentabilidade

Pela **CONTRATADA**:


MARCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Contr-EXTREME-DIGITAL-LTDA-aquisição-licença-uso-sistema-integrado-Adesão-Ata-RP-PE-550/2017-VB

DE 05 DE JUNHO DE 2019

1º SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE:

EXONERAR, com validade a contar de 30 de maio de 2019, **ALESSANDRA FAES MARTINS ABREU**, ID FUNCIONAL Nº 4351856-7, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, Processo nº SEI-15/001/006803/2019.

Nomear NIVALDO BATISTA NASCIMENTO FILHO para exercer, com validade a contar de 30 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, anteriormente ocupado por Alessandra Faes Martins Abreu, ID Funcional nº 4351856-7. Processo nº SEI-15/001/006803/2019.

Nomear HELENA FORTES DE FREITAS, ID FUNCIONAL Nº 5073522-5 para exercer, com validade a contar de 29 de maio de 2019, o cargo em comissão de Adjunto I, símbolo DAJ-1, do Programa Barreira Fiscal, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, anteriormente ocupado por José Roberto da Costa, ID Funcional nº 4373904-0, Processo nº SEI-15/001/007109/2019.

***Replicados por terem saído com incorreções no D.O. de 06/08/2019.**

DE 06 DE JUNHO DE 2019

1º SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE:

EXONERAR, com validade a contar de 14 de maio de 2019, **MARIANA GABRIELE NEGREIROS ARRUDA**, ID FUNCIONAL Nº 5100165-9, do cargo em comissão de Gerente de Área, símbolo DAS-6, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPEN/RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, Processo nº E-22/003/307/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 14 de maio de 2019, **WALTER CORRÊA LOMBONI DA SILVA**, ID FUNCIONAL Nº 5100173-0, do cargo em comissão de Gerente de Área, símbolo DAS-6, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPEN/RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, Processo nº E-22/003/307/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 07 de junho de 2019, **DANIELLE RODRIGUES COUTINHO PAVIA**, ID FUNCIONAL Nº 5100174-8, do cargo em comissão de Assistente de Logística III, símbolo DAJ-4, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPEN/RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, Processo nº E-22/003/307/2019.

***Replicados por terem saído com incorreções no D.O. de 07/06/2019.**

ID: 2167191

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 10 DE JUNHO DE 2019

PROCESSO Nº E-26/005/1677/2019 - AUTORIZO a cessão do servidor **CARLOS FREDERICO LOBO DO NASCIMENTO**, Insultor de Disciplinas Profissionalizantes, ID Funcional nº 40071863, do Quadro de Pessoal da Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, ao Departamento de Transportes Rodoviários - DETRORJ, com ênus para o órgão cessatário e com validade a contar de 11/03/2019.

PROCESSO Nº E-03/004/1596/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação **SERGIO DE ABREU COSTENPLATE**, Professor Docente I, ID Funcional nº 32522851, à Secretaria de Estado de Transportes, consoante os termos do Decreto nº 45.560, de 21 de janeiro de 2019.

ID: 2167178

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8584 DE 06 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A DELEGACÃO DE COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e as que lhe confere o inciso IX do artigo 82 da Lei nº 287, de 04/12/1970, e tendo em vista o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo preceito legal,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência a **RAFAEL SALES CRUZ**, ID Funcional nº 5008620-3, Coordenador Administrativo Operacional, Símbolo DAS-8 para, como ordenador de despesas, praticar atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial e em especial para:

I, autorizar despesas, emissão de empenhos, movimentação de recursos financeiros e pagamento da despesas;

II, autorizar a abertura ou a dispensa de licitação, aprovação desta e a aceitação do objeto do contrato e aplicação de penalidades, bem como os correspondentes atos de alteração, revogação ou anulação;

III, autorizar a concessão de adiantamento, de diárias e aprovar ou impugnar as respectivas prestações de contas;

IV, autorizar e assinar acordos, convênios e contratos, assim como aplicar penalidades pecuniárias previstas em lei, quando verificado descumprimento de obrigação contratual;

V, autorizar despesas de pessoal diversas.

Art. 2º - Dê-se ciência desta Portaria ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado e à Secretaria de Estado de Fazenda, nos termos do § 1º do art. 82 e parágrafo único do art. 289, ambos da Lei nº 287, de 04/12/1970.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2019

MÁRCIA CRISTIANE DE ANDRADE
Presidente

ID: 2165970

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 06/06/2019

DESIGNA HELIO MARCOS OSSOLA CORDEIRO, Agente Administrativo F, como Presidente, **MARCELO LOPES SANTOS**, Assessor de Departamento, **MÁRCIA ANDREA DE SOUZA BORGES**, Agente de Sanamento I, como membros titulares e **JORGE ALCI FERREIRA RODRIGUES**, Agente Administrativo F, como membro suplente, Gerente do Contrato **MARCOS DE OLIVEIRA SILPRANDI**, Assessor Tecnologia Informação e **GASTÃO DE SOUZA COSTA LOMBAS**, As-

essor Técnico, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO PARA O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO OS MÓDULOS DE CENTRO DE ATENDIMENTO, RETARQUADA, SERVIÇOS E RELATÓRIOS GERENCIAIS E MONITORAMENTO DE MÍDIAS SOCIAIS", de que trata o Processo E-07/100.269/2019". Ordem de Serviço P/FIS Nº 24.877-00/2019.

ID: 2165940

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 07/06/2019

DESIGNA JORGE BORGES MACHADO JUNIOR, Analista de Sistemas D, como Presidente, **SELMA REGINA LIMA DE SOUZA**, Assessora Especial e **ANDERSON MILANEZ CARMO AGOSTINHO**, Analista de Sistemas C como membros titulares e **CARLOS EDUARDO GERVAISIO SOARES**, Agente Administrativo F, como membro suplente, Gerente do Contrato **CARLOS EDUARDO FERNANDES DE BARROS**, Agente Administrativo F e **LUIZ SERGIO FERREIRA DE OLIVEIRA**, Analista de Telecom, D, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos "SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E UPDATE DE VERSÃO DOS PRODUTOS ORACLE", de que trata o Processo Nº E-07/100.550/2018". Ordem de Serviço P/FIS Nº 24.880-00/2019.

ID: 2165930

EMPRESA	CONTRATO	PROCESSO Nº	PORTARIA SUPAFI Nº
P&P TURISMO FIRELLI EPP	022/2017	E-04/056.133/2017	051/2017

Art. 2º - Designar os servidores **ANA PAULA DA COSTA TAVARES** ID Funcional 4318474-0, **BRUNO DA SILVA VALVERDE** ID Funcional 5014510-0, e **GEOVANE DA SILVA GOMES**, ID Funcional 5093133-4, como substitutos dos respectivos servidores **ARILENE DE SOUZA PAULA** ID Funcional 3295124-8, **TAMARA CRISTINA DA SILVA** ID Funcional 4318471-5 e **JHONI MATEUS TORRES DA SILVA** ID Funcional 5008160-8.

Art. 3º - A atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato que mencionam passa a ser **ARILENE DE SOUZA PAULA** ID Funcional 3295124-8, **TAMARA CRISTINA DA SILVA** ID Funcional 4318471-5 e **JHONI MATEUS TORRES DA SILVA** ID Funcional 5008160-8, e como respectivos substitutos os servidores **ANA PAULA DA COSTA TAVARES** ID Funcional 4318474-0, **BRUNO DA SILVA VALVERDE** ID Funcional 5014510-0, e **GEOVANE DA SILVA GOMES**, ID Funcional 5093133-4.

Art. 4º - Permanece inalterado o Gestor do referido contrato.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2019

DÉBORA PECANHA GONÇALVES
Diretora Geral de Administração e Finanças

***Replicada por incorreções no original publicada no D.O. de 16.05.2019.**

ID: 2165894

EMPRESA	CONTRATO	PROCESSO Nº	PORTARIA SUPAFI Nº
TECHNE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA	018/2018	E-04/109/020/2017	124/2018

Art. 2º - Substituir o servidor **RUI LA-ROQUE PEREIRA DE MEIRELES** ID Funcional 5000744-0, pelo servidor **BRUNO DA SILVA VALVERDE** ID Funcional 5010514-0, como Gestor do contrato acima mencionado, conforme disposto no § 1º do art. 3º da Resolução SEFAZ Nº 791 de 25 de setembro de 2014.

Art. 3º - A atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato que mencionam passa a ser **JULIANA D ESCOFFIER DI STASIO** - ID Funcional 5007771-6, **VALDECI PINTO GAMA**, ID Funcional 5022711-6 e **EGÍDIO GOMES DA SILVA NETO**, ID Funcional 4354113-5 e como respectivos substitutos os servidores **MARCIO RAMOS SOUZA**, ID Funcional 4345920-0, **FELIPE DE CARVALHO PIRES**, ID Funcional 500357-7, e **SARAH WANGHON MONTEIRO DE OLIVEIRA KAUER** - ID Funcional 5014995-4.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2019

DÉBORA PECANHA GONÇALVES
Diretora Geral de Administração e Finanças

***Replicada por incorreções no original publicada no D.O. de 17.05.2019.**

ID: 2165895

EMPRESA	CONTRATO	PROCESSO Nº	PORTARIA SUPAFI Nº
2R DATATEL TELEINFORMÁTICA LTDA	011/2018	E-04/109/24/2017	085/2018

Art. 2º - A atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato que mencionam passa a ser **MARIA LÚCIA SILVA** ID Funcional 1907605-3, **PAULO MARCELO DA ROCHA SILVA** ID Funcional 4323383-0 e **GABRIEL DA MOTA COSTA** ID Funcional 5017540-8, e como substitutos os servidores **FELIPE FREITAS DOS SANTOS**, ID Funcional 5088556-1, **LINCON CARDIANO DOS SANTOS**, ID Funcional 4392876-5, e **RAFAEL BARBOSA DE SOUZA**, ID Funcional 5025488-0.

Art. 3º - Permanece inalterado o Gestor do referido contrato.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2019

DÉBORA PECANHA GONÇALVES
Diretora Geral de Administração e Finanças

ID: 2165896

EMPRESA	CONTRATO	PROCESSO Nº	PORTARIA SUPAFI Nº
EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA	027/2018	E-04/109/18/2017	127/2018

Art. 2º - A atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato que mencionam passa a ser **ESTHER PARRINI HOFFMAN** ID Funcional 519446-6, **JÓÃO CARLOS DA SILVA** ID Funcional 4318097-3 e **LINCON CARDIANO DOS SANTOS** ID Funcional 4392876-5, e como substitutos os servidores **PAULO ROBERTO DOS SANTOS**, ID Funcional 5097811-7, **PEDRO PAULO TAVARES DA SILVA** ID Funcional 5089848-5 e **MÁRCIA VALÉRIA DE MIRANDA** ID Funcional 2823116-3.

Art. 3º - Permanece inalterado o Gestor do referido contrato.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2019

DÉBORA PECANHA GONÇALVES
Diretora Geral de Administração e Finanças

ID: 2165897

EMPRESA	CONTRATO	PROCESSO Nº	PORTARIA SUPAFI Nº
GLS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	040/2015	E-04/056/1385/2017	065/2018 191/2019

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATO DA DIRETORA GERAL

***PORTARIA DGAF Nº 1776 DE 15 DE MAIO DE 2019**

SUBSTITUI MEMBROS E DESIGNA FISCAL SUBSTITUTO NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE MENCIONA.

A DIRETORA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir os servidores **RUI LA-ROQUE PEREIRA DE MEIRELES** ID Funcional 5000744-0 e **FELIPE DE ALMEIDA PINHEIRO** ID Funcional 5089372-4, pelos servidores **ANA PAULA DA COSTA TAVARES** ID Funcional 4318474-0 e **GEOVANE DA SILVA GOMES** ID Funcional, na Comissão de Acompanhamento da Execução do Recbimento e da Fiscalização do Contrato, instituído pela Portaria mencionada no quadro abaixo:

SUBSECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DA DIRETORA GERAL

***PORTARIA DGAF Nº 1777 DE 16 DE MAIO DE 2019**

SUBSTITUI MEMBROS E DESIGNA FISCAL SUBSTITUTO NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE MENCIONA.

A DIRETORA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir os servidores **KARYNA MARQUES BITTENCOURT** ID Funcional 4334110-0 e **RODRIGO DO VALLE MACHADO** - ID Funcional 5071755-3, pelos servidores **JULIANA D ESCOFFIER DI STASIO** - ID Funcional 5007771-6 e **SARAH WANGHON MONTEIRO DE OLIVEIRA KAUER** - ID Funcional 5014995-4, na Comissão de Acompanhamento da Execução do Recbimento e da Fiscalização do Contrato, instituído pela Portaria mencionada no quadro abaixo:

SUBSECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DA DIRETORA GERAL

PORTARIA DGAF Nº 1778 DE 03 DE JUNHO DE 2019

SUBSTITUI MEMBRO NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE MENCIONA.

A DIRETORA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o servidor **GABRIEL SANTOS FERREIRA** ID Funcional 5089862-0, pela servidora **MARIA LÚCIA SILVA** ID Funcional 1907605-3, na Comissão de Acompanhamento da Execução do Recbimento e da Fiscalização do Contrato, instituído pela Portaria mencionada no quadro abaixo:

SUBSECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATO DA DIRETORA GERAL

PORTARIA DGAF Nº 1779 DE 03 DE JUNHO DE 2019

SUBSTITUI MEMBRO NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE MENCIONA.

A DIRETORA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o servidor **GABRIEL SANTOS FERREIRA** ID Funcional 5089862-0, pelo servidor **LINCON CARDIANO DOS SANTOS** ID Funcional 4392876-5, na Comissão de Acompanhamento da Execução do Recbimento e da Fiscalização do Contrato, instituído pela Portaria mencionada no quadro abaixo:

SUBSECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATO DA DIRETORA GERAL

PORTARIA DGAF Nº 1780 DE 03 DE JUNHO DE 2019

SUBSTITUI MEMBROS NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE MENCIONA.

A DIRETORA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir os servidores **GABRIEL SANTOS FERREIRA** ID Funcional 5089862-0, e **CARLOS HEINRIQUE CAMPOS PEREIRA** ID 5091942-3, pelos servidores **PEDRO HENRIQUE SOUSA DO COUTO** ID Funcional 5094643-3 e **MARIA LÚCIA SILVA** ID Funcional 1907605-3, na Comissão de Acompanhamento da Execução do Recbimento e da Fiscalização do Contrato, instituído pela Portaria mencionada no quadro abaixo:

PROC. Nº SEI-14/001/003208/2019 - DANIELA STORRY LINS ROSADO DOS SANTOS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19218826 - exercício de 2019, 1º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001114/2019 - BRUNO HAZAN CARNEIRO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 8748055 - exercício de 2015, 1º período.

CONCEDO O BENEFÍCIO DOS PROCESSOS ACIMA RELACIONADOS.

Id: 2186996

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Gabinete do Governador

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Técnica.
DATA DA ASSINATURA: 10 de junho de 2019.
PARTE: Governo do Estado do Rio de Janeiro, com intervenção da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, e a Rock Word S/A.
OBJETO: Estabelecimento de parceria entre a SETUR e a Rock Word S/A, visando a implantação da campanha promocional "MÊS DO ROCK", nos meses de setembro e outubro de 2019, através da realização de promoção dos produtos turísticos do Estado do Rio de Janeiro junto ao público participante do Rock in Rio 2019.
REFERÊNCIA: PROCESSO Nº E-05/003/136/2019.

Id: 2187189

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 03/2019, assinado em 07.06.2019.
PARTE: DER-RJ e OI MOVEL S.A. **OBJETO:** Prestação de serviços para locação de equipamentos/sistemas veiculares à segurança viária nas rodovias sob jurisdição da Fundação DER/RJ, através da utilização de 70 talões eletrônicos com impressoras térmicas e seus acessórios.
PRazo: 30 meses. **VALOR:** R\$1.754.403,00. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 3.149/1980, **Processo** nº E-17/003.003410/2018.

Id: 2186928

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 07/2012.
DATA DA ASSINATURA: 12 de abril de 2019.
PARTE: O Estado do Rio de Janeiro e o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN-RJ, com intervenção da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança.
OBJETO: Prorrogar por 12 (doze) meses o Contrato de Gestão nº 07/2012, firmado em 06 de agosto de 2012.
REFERÊNCIA: PROCESSO Nº E-12/231356/2012 - VOLV.
*Omitido no D.O. de 15/04/2019.

Id: 2187186

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A - DIVERJ "EM LIQUIDAÇÃO"

AVISO

A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A - DIVERJ "EM LIQUIDAÇÃO" comunica aos interessados que será realizado pregão presencial sob o número abaixo indicado:

PP Nº 001/2019

OBJETO: Locação das Salas Comerciais 601 (matrícula nº4380-2/L. FICHA 7079), 602 (matrícula nº4381-2/G. FICHA 7080), 603 (matrícula nº4382-2/G. FICHA 7081) e 604 (matrícula nº4383-2/H. FICHA 7082), registradas no Cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, que ficam situadas na Praça Pio X, nº55 - 6º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20040-020, com superfície definida em 635,00m².
DATA: 17/06/2019, às 10:00h.
PROC. Nº E-12/088/6/2016.

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br ou solicitado através do e-mail mmcarvalho@casacivil.rj.gov.br, sendo condicionada a validade do edital por meio de confirmação de recebimento. Outras informações através dos telefones (21) 2334-3185 / 3162.

Id: 2186119

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 066/2019 (DPE).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO PARA O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO OS MÓDULOS DE CENTRO DE ATENDIMENTO, RETAGUARDA, SERVIÇOS E RELATÓRIOS GERENCIAIS E MONITORAMENTO DE MÍDIAS SOCIAIS.
PRazo: 36 (trinta e seis) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 14.571.232,82 (quatorze milhões, quinhentos e setenta e um mil duzentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos).
DATA DE ASSINATURA: 05/06/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.269/2019 (Adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 550/2017 da DATA-REV).
Id: 2186952

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 134/2018 (DPE).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.
OBJETO: "SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E UPDATE DE VERSÃO DOS PRODUTOS ORACLE".
PRazo: 24 (vinte e quatro) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 228.380,64 (duzentos e vinte e oito mil trezentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos).
DATA DE ASSINATURA: 05/05/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.550/2018 (Inexigibilidade de Licitação nº 004/2018 - DE).
Id: 2186953

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 033/2016 (DP).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CRONUS INSTITUTO DE CONSULTORIA, PERÍCIAS E ATENDIMENTO.
OBJETO: Correção de erro material verificado na indicação do prazo final do contrato na cláusula segunda do termo aditivo 02.
PRazo: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: Sem alteração do valor contratual.
DATA DE ASSINATURA: 05/06/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.086/2016.
Id: 2186951

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 001/2019.
PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
OBJETO: Transferência de Bem(ns) Móvel(is), relacionado(s) no deste instrumento, doravante designado simplesmente objeto da transferência, que virão sendo administrado pelo TRANSMITANTE, na forma do art.164, da Lei Estadual nº 287, de 1979, com troca de posse e responsabilidade, em caráter permanente, neste ato.
VALOR DOS BENS: R\$ 64.304,73 (sessenta e quatro mil trezentos e quatro reais e setenta e três centavos).
DATA DA ASSINATURA: 03/06/2019.
FUNDAMENTO: Lei Estadual nº 287/1979.
PROCESSO Nº E-04/182/100015/2018.

Id: 2186810

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 042/2014 - Termo Contratual 026/2019.
PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a Empresa INFOTEC CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA.
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a alteração quantitativa do contrato nº 042/2014, relativo à supressão de 01 (um) técnico de atendimento nível I e 01 (um) técnico de atendimento nível II, a partir de 01/04/2019, com fundamento no inciso I, alínea "b" do art. 65, c/c o art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades do interesse público.
DATA DA ASSINATURA: 06/06/2019.
FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993.
PROCESSO Nº E-04/056/1514/2013.

Id: 2186811

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio nº 035/2018.
PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, a estudante LILLYAN PEREIRA DE AZEVEDO PINTO e a SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA - SESSES.
OBJETO: O presente termo tem por objeto a prorrogação do Termo de Compromisso de Estágio nº 035/2018, por mais 06 (seis) meses, contados a partir de 06/05/2019.
VALOR: R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais).
PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2.016.
NATUREZA DA DETURBAÇÃO: 3360.36.08.
DATA DA ASSINATURA: 02/05/2019.
FUNDAMENTO: Lei nº 11.788/2008.
PROCESSO Nº E-04/182/476/2018.

Id: 2186812

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL - 64.09

EDITAL

Ficam os sócios, abaixo citados, solicitados a comparecer, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data desta publicação, para tomar ciência das exigências contidas no processo abaixo mencionado. O processo encontra-se na sede desta repartição fiscal, localizada na Av. Erasmo Braga, 118/2º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ:

Processo nº	E-11/003/417/2013
Razão social:	BELMETAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Inscrição Estadual nº	81.784.671
Assunto:	LEI Nº 4.173/2003 - RIOLOG
Sócio:	WELLINGTON GERMANO DE QUEIROZ
Endereço:	PRC PEREIRA COUTINHO, 135, VL. NOVA CONCEIÇÃO - SÃO PAULO - SP
Sócio:	ADRIANA REGINA QUEIROZ
Endereço:	RUA DR JAMES FERRAZ ALVIM, 205 AP 21 VL. SUZANA, SÃO PAULO SP

Id: 2186836

SUBSECRETARIA DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECAÇÃO

EDITAL

Os CONTRIBUINTES, abaixo, ficam identificados da lavratura dos autos de infração por infração à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital, com redução do valor da multa de 50% (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração. Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 109/2019

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.12 - 01 NHANGAPI
Rodovia Presidente Dutra Km 324 CEP 27580-000 Itaitiaia - RJ

CLEITON ANTONIO GONCALVES - 19699851864
CNPJ 28.938.778/0001-65 - Processo nº E-04/211/010030/2019
Auto de Infração nº 03.591117-1, de 03/05/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.13 - 02 MORRO DO COCO
Funcionando Em Local Provisório

ACM STONE DO BRASIL EIRELI ME
CNPJ 26.248.033/0001-49 - Processo nº E-04/211/008466/2019
Auto de Infração nº 03.592251-7, de 16/04/2019
Valor reclamado: R\$ 3.782,14.

JOSE CAETANO
CPF 97.041.757-87 - Processo nº E-04/211/009263/2019
Auto de Infração nº 03.593138-5, de 26/04/2019
Valor reclamado: R\$ 3.421,10.

MINERAÇÃO IPIRANGA EIRELI
CNPJ 39.624.887/0002-05 - Processo nº E-04/211/008795/2019
Auto de Infração nº 03.592522-1, de 20/04/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

MINERQUALITY MINERAÇÃO LTDA ME
CNPJ 10.736.339/0001-04 - Processo nº E-04/211/008327/2019
Auto de Infração nº 03.592206-1, de 14/05/2019
Valor reclamado: R\$ 2.918,87.

TCBT LTDA ME
CNPJ 11.858.981/0001-29 - Processo nº E-04/211/009843/2019
Auto de Infração nº 03.592955-3, de 02/05/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.19 - 04 LEVY GASPARIAN
Rua Anísio Torres 1 (Prox. Rod Br 040 Km 6,5) Comendador Levi Gasparian, RJ CEP 25870-000

FRUTAS DO NORTE COMÉRCIO E TRANSPORTES EIRELI
CNPJ 30.038.720/0001-07 - Processo nº E-04/211/009452/2019
Auto de Infração nº 03.593269-8, de 28/04/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

Id: 2186945

EDITAL

Os CONTRIBUINTES, abaixo, ficam notificados da extinção dos autos de infração relacionados a seguir, pelos motivos constantes nos respectivos processos administrativos, os quais se encontram à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 110/2019

REPARTIÇÃO FISCAL

AFE - 00.01 - BARREIRAS, TRANSITO E TRANSPORTES
Avenida Presidente Vargas 670/ 2º Andarcentro - CEP 20.071-001 Rio De Janeiro - RJ

JOSE MATIAS DE OLIVEIRA SILVA
CPF 460.512.954-53 - Processo nº E-04/034/002552/2017
Auto de Infração nº 03.514392-4, de 04/11/2017
Valor reclamado: R\$ 1.351,04.

VALDÉCIO PAULINO RODRIGUES
CPF 47.487.717-55 - Processo nº E-04/034/003695/2018
Auto de Infração nº 03.529800-7, de 31/05/2017
Valor reclamado: R\$ 1.439,97.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 02.01 - ARARUAMA
Av. Getúlio Vargas, 603 Lj 6 Centro - CEP 28970-000 Araruama - RJ

ERICK DE SOUZA PUPE DOS SANTOS
CPF 110.029.627-14 - Processo nº E-04/034/000630/2018
Auto de Infração nº 03.534512-3, de 15/07/2017
Valor reclamado: R\$ 1.439,97.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 17.01 - DUQUE DE CAXIAS
Av. Doutor Manuel Teles Nº 77 Sij Centro - CEP 25010-090 Duque de Caxias - RJ

MARLUCIA DOS SANTOS ALVES
CPF 556.444.907-00 - Processo nº E-04/034/002618/2018
Auto de Infração nº 03.525083-5, de 31/03/2017
Valor reclamado: R\$ 1.439,97.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 47.01 - SANTO ANTONIO DE PÁDUA
Rua Florimundo Decrop, 135 Centro - CEP 28470-970 Santo Antonio de Pádua - RJ

JOSIAS GOMES CORREA
CPF 83.856.117-97 - Processo nº E-04/101/000489/2018
Auto de Infração nº 03.550084-4, de 04/12/2017
Valor reclamado: R\$ 1.439,97.

MANOEL RENATO MACHADO
CPF 763.452.547-20 - Processo nº E-04/101/000486/2018
Auto de Infração nº 03.550087-7, de 04/12/2017
Valor reclamado: R\$ 1.439,97.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.13 - 02 MORRO DO COCO
Funcionando Em Local Provisório

ADEMAR PONATH
CPF 947.282.837-04 - Processo nº E-04/034/003022/2017
Auto de Infração nº 03.510483-5, de 15/10/2016
Valor reclamado: R\$ 1.351,04.

ADEMAR PONATH
CPF 947.282.837-04 - Processo nº E-04/101/000318/2018
Auto de Infração nº 03.546884-2, de 18/11/2017
Valor reclamado: R\$ 1.439,97.

Id: 2186946

EDITAL

Os CONTRIBUINTES, abaixo, ficam identificados da lavratura dos autos de infração por infração à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital, com redução do valor da multa de 50% (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração. Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 111/2019

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 17.01 - DUQUE DE CAXIAS
Av. Doutor Manuel Teles Nº 77 Sij Centro - CEP 25010-090 Duque de Caxias - RJ

CRUZOLEO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

CNPJ 45.349.495/0004-40 - Processo nº E-04/211/008224/2019
Auto de Infração nº 03.591583-4, de 12/04/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.12 - 01 NHANGAPI
Rodovia Presidente Dutra Km 324 CEP 27580-000 Itaitiaia - RJ

EXPRESSO MIRASSOL LTDA

CNPJ 52.438.082/0033-31 - Processo nº E-04/211/010033/2019
Auto de Infração nº 03.591120-5, de 03/05/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

IDEAL LOG LOGISTICA EIRELI

CNPJ 24.756.770/0004-70 - Processo nº E-04/211/011144/2019
Auto de Infração nº 03.593823-2, de 19/05/2019
Valor reclamado: R\$ 4.174,44.

JULIESTE TRANSPORTES LTDA

CNPJ 19.267.347/0005-57 - Processo nº E-04/211/010217/2019
Auto de Infração nº 03.592564-3, de 05/05/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

R D TRANSPORTES RODOVIAIR LTDA

CNPJ 58.971.458/0001-78 - Processo nº E-04/211/011019/2019
Auto de Infração nº 03.593647-5, de 17/05/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.